

## Inclusão digital: sistemas de engrenagens

Diana Alexandra Cubillos Vargas Cubillos\*

Alberth Sant'Ana Costa da Silva\*\*

**Resumo** O conceito de inclusão digital, presente no campo científico, e aplicado socialmente, tem gerado estudos que trabalham a questão ora como combate à desigualdade social na compreensão dos mecanismos distanciadores entre ricos e pobres, ora como instrumento econômico baseado no conhecimento e avanço tecnológico. Esta reflexão torna-se relevante, uma vez que os avanços tecnológicos têm impulsionado transformações na economia política local e global e em nova ordem mundial de consumo frenético e sem questionamento. A inclusão digital, no escopo deste trabalho, é comparada metaforicamente a um sistema de engrenagens. As peças que se acoplam para o funcionamento de um sistema são, neste contexto, aqui tratadas como políticas de informação inseridas nas ações públicas. Essas ações interligam-se com as ferramentas de tecnologias de informação e comunicação (TICs) que, por sua vez, se conectam com os atores sociais que, por motivos diversos, encontram-se excluídos de oportunidades, bens e perspectivas.

**Palavras-chave** inclusão digital; economia política; política de informação

### Digital inclusion: systems of gears

**Abstract** The notion of digital inclusion, present in the scientific field as well as in social life, a way in field scientific, how much in the practical life, it has generated studies on the question however as combat the battling social inequality in the comprehension of mechanisms of differentiation between rich and poor, to understand the different mechanisms between rich and poor, however and served as an economic instrument based on the knowledge and technological advance progress. The results are relevant insofar as accomplishment of this reflection is excellent, a time that the technological advancement have has stimulated transformations in the local and global political economy and in the new world order: frantic and unquestioned consumption and without questioning. The digital inclusion is here compared to a system of gears. These parts that if they interconnect for the functioning of a system are seen here in this context here treat, as information policies inserted of in the criminal public actions. These actions establish a connection with the tools of information and communication technologies (TICs) that in their turn it is are connected with the social actors,

---

\* Mestre em Ciências da Informação pela Escola de Ciências da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço postal: Rua Raimundo Teixeira Barbosa, 500, Sete Lagoas, Minas Gerais, Brasil, CEP. 37500-429, telefone (31) 9655-1204 e e-mail dianitacubillos@gmail.com.

\*\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, E-mail: alberthsantana@gmail.com.

who, for diverse reasons, find themselves excluded from of chances opportunities, goods and hopes for the future visions.

**Keywords** digital inclusion; political economy; informational policies

## Introdução

A noção de inclusão digital, presente tanto no campo científico quanto na vida prática, tem gerado estudos que discutem o combate à desigualdade social e a compreensão dos mecanismos distanciadores entre ricos e pobres, em que a economia é baseada no conhecimento e no avanço tecnológico. Indagações realizadas no mestrado em políticas públicas de inclusão social e digital, em andamento, estudam a diferença e o planejamento para solução da desigualdade social<sup>1</sup>.

Nery (2004), com o apoio do Comitê para a Democratização da Informática, faz um diagnóstico da situação brasileira, no quesito do comportamento informacional, e aponta que 12,42% dos brasileiros têm computadores em suas residências e menos de 9% encontram-se conectados à Internet. Nas áreas rurais, a taxa de acesso a computador é de apenas 0,98%. Outras pesquisas apresentam um pequeno crescimento nessa taxa, porém, não é muito significativa. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2005 revelam que a aquisição do computador é pequena em comparação a outros bens. O computador está presente em apenas 18,6% das residências de todo o país, sendo somente 13,7% com acesso a Internet (AUN e ANGELO, 2007).

Nos últimos anos, têm sido discutidas a importância e necessidade de promover a inclusão digital, para a população que não tem acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs).

Tais discussões refletem a relevância de políticas estruturais a fim de propiciar o desenvolvimento social e traçar as diretrizes em prol do crescimento econômico sustentado. Um crescimento econômico sustentado é aquele que permite o desenvolvimento financeiro e social equitativo de um país por meio de políticas econômicas estruturais como a política do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Uma estratégia de crescimento econômico sustentável, em que é importante o conhecimento das causas e das condições necessárias do país em matéria financeira e social, a fim de atingir com melhor eficácia as políticas sociais. Nesse sentido, é importante considerar a capacidade de reflexão ao utilizar as ferramentas digitais disponíveis não apenas como recursos de entretenimento, mas de capacitação e competência informacional em prol da inserção social. A inclusão digital só se realiza a partir da competência informacional dos indivíduos, a ser desenvolvida em uma estrutura que obriga ao domínio dos avanços tecnológicos que têm impulsionado transformações, nos

---

<sup>1</sup> Pesquisa de mestrado em Políticas Públicas de Inclusão Digital (estudo Comparado entre o Brasil e a Colômbia) e dissertação sobre a Importância da informação na área da saúde.

conceitos tradicionais da economia política e estabelecem discussões na valoração de espaços locais e globais, em nova ordem mundial de consumo desenfreado e sem questionamento.

O crescimento frenético das TICs nos países em desenvolvimento durante os últimos anos tem sido impressionante<sup>2</sup>, porém, como diz Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil (apud SORJ, 2003, p.09) o crescimento das redes e aplicações das tecnologias de informação e comunicação não garante, por si só, os fundamentos das sociedades do conhecimento. Para construí-la é necessária a escolha política sobre quais são as metas desejáveis, principalmente para que se possa ampliar o acesso equitativo à educação e ao conhecimento.

Como exemplo de crescimento, encontramos uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Akatu, organização não governamental que tem a missão de mobilização para o consumo mais consciente, e que constatou um perfil de usuários da telefonia móvel. “A base de clientes da telefonia celular no Brasil atingiu os 100 milhões de linhas em janeiro deste ano. Por pouco, a marca não foi atingida ainda no ano passado, como era a expectativa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)” (INSTITUTO AKATU, 2007)

A telefonia celular tem crescido mundialmente, num ritmo acelerado. O Instituto Akatu apresentou o relatório Digital Life 2006, no qual ele aponta que a telefonia fixa demorou 125 anos para atingir um bilhão de usuários no mundo, ao passo que os usuários de celulares chegaram ao mesmo número em apenas 21 anos. A pesquisa ressaltou que, nos próximos três anos, a projeção de usuários será de dois bilhões.

Um levantamento realizado pelo Ibope Mídia, no qual foram entrevistadas oito mil pessoas acima de 16 anos, apurou que 25% dos assinantes de telefonia móvel trocam de aparelhos ao menos uma vez por ano.

Neste artigo temos como objetivo discutir o conceito de economia política e a sua influência nas ações públicas, no cenário brasileiro, com vistas a situar as aproximações realizadas nos programas de inclusão/exclusão digital. Os eixos que articulam essa discussão estão estruturados conforme a seguinte seqüência: conceituação do termo economia política da informação; política informacional e suas contribuições na formação de políticas públicas; a inclusão digital, no cenário brasileiro, através do programas governamentais.

## **Economia política e informação**

Desde os tempos mais remotos das civilizações e com o desenvolvimento das sociedades, foi necessário criar mecanismos ou conjuntos reguladores para a interação entre os indivíduos. A política tem origem na cidade grega, e o conceito de *polis* significa a comunidade organizada de homens livres. Aristóteles definiu esse conceito como “a arte e a maneira de conduzir os trabalhos públicos, de reger as relações entre os indivíduos e os grupos ou, dito de outra forma, a arte de governar” (AUN, 2001, p. 61).

---

<sup>2</sup> Para 2006 em America Latina, o número de telefones móveis para cada mil habitantes apresentou crescimento interanual de 22,4%, chegando a 571 terminais em comparação com o mesmo período de 2005. O número de pessoas com acesso à Internet registrou aumento (+24,3%) chegando a 181 para cada mil habitantes, e o número de computadores alcançou 128 (+17,5%).

Para Braman (2004), a arte de governar é compreendida como um regime político caracterizado pela emergente informação global. A autora ressalta a importância da reflexão de uma política global de informação, repensando a reforma do Estado pelas seguintes categorias:

- A- Governance:** compreensão dada pelo viés social e cultural das manifestações de governo que representa instituições com estruturas formais e informais, regras, acordos e práticas. As decisões e as ações dos atores, nos contextos estatais e não estatais, exercem efeitos constitutivos na sociedade.
- B- Governabilidade:** avaliação dos aspectos sociais e culturais da sociedade que representa. Apresenta derivações de formato de *governance* e de fundamentação, que é o procedimento político de exercer o poder legitimado pelo cenário sócio-cultural.

Para muitos autores, a economia política é apontada como estudo das relações sociais que estão submetidas às relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo, incluindo os recursos informacionais. (MOSCO, 1998). Já Lastres e Legey (2003 *apud* AUN e MOURA, 2007) apresentam a informação na economia política como produto e principal insumo que desempenha um papel central na atividade econômica, na geração de novos conhecimentos.

Mas a definição de economia política como estudo do controle e da sobrevivência na vida social é bastante relevante. Essa relação pode ser esclarecida da seguinte forma: “O controle refere-se especificamente à organização interna da sociedade e aos processos de adaptação e mudanças. A sobrevivência significa o modo como às pessoas produzem aquilo que é necessário para a reprodução e continuidade sociais”. (MOSCO, 1998).

Gonzalez de Gómez (2002) aborda a relação entre política e informação no cenário digital. Observa-se para tanto, o modo de produção informacional que se estrutura a partir de um regime de informação que são contextualizados como “(...) aqueles onde estariam estabelecidas instituições, meios, recursos preferenciais de informação, arranjos organizacionais, seus dispositivos de preservação e distribuição”. (GOMEZ, 2002)

Evidencia-se, portanto, que Gómez e Mosco apresentaram uma visão de política com princípios marxistas, em virtude das desigualdades de acesso e pelo modo de produção e distribuição da informação, no sistema econômico capitalista.

Para Santos (2000), toda forma de relação social é regida pelo poder. O autor conceitua poder como qualquer relação social regulada por uma troca desigual que, geralmente, é fruto de uma distribuição desigual de trocas aparentemente iguais.

Santos (2000) enfatiza essa relação social da seguinte forma:

“(...) a sua persistência reside na capacidade que ela tem de reproduzir desigualdade mais através da troca interna do que por determinação externa. As trocas podem abranger virtualmente todas as condições que determinam a ação e a vida, os projetos e as trajetórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recurso, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses”. (SANTOS, 2000)

Sendo assim, os processos de controle são prioritariamente políticos, pois são componentes da organização social dos relacionamentos dentro de uma comunidade (MOSCO, 1998). O processo de sobrevivência é compreendido como modelo capitalista de produção e reprodução.

SANTOS (2000) crítica esse modelo, pois na presença da supremacia racional as experiências individuais não são valorizadas, e, portanto, são desperdiçadas. O autor aponta para uma nova forma de pensar o conhecimento que se configura na Sociedade em Rede, vista por ele como pontos de uma construção política e social.

## **Política de informação e sociedade em rede**

Partindo da nova era em que a sociedade em rede altera o comportamento informacional e transforma radicalmente a forma como o conhecimento é adquirido, armazenado, processado, transmitido e disseminado, entende-se que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) dissolveram as fronteiras nacionais e propiciaram o surgimento de uma nova configuração social, política e econômica, onde o conhecimento ganha centralidade nos processos vividos em sociedade.

Nasce assim a necessidade de introduzir novas políticas que incluam os indivíduos na sociedade da informação a fim de chegar ao ideal de convivência e desenvolvimento de estado e sociedade. “A política da informação<sup>3</sup> é um “conjunto de práticas/ações encaminhas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço local, nacional, regional ou global de sua manifestação”. (GOMEZ, 1997 apud AUN, 2001).

Uma política que configure a sociedade como a união, interação e ação de indivíduos participantes dentro de um regime informacional<sup>4</sup>, Em que como ressaltou Santos o conhecimento se configure na Sociedade em Rede.

“Indivíduos, grupos, instituições ou firmas, desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais” e que, portanto os “nós” dessa rede são, na verdade, pontos de poder. (SANTOS, 2000).

---

<sup>3</sup> Segundo AUN, (2001) as políticas de informação têm início na década de 1960 com os países mais desenvolvidos do ocidente acompanhando o desenvolvimento científico e tecnológico da época. Na década de 1960, a UNESCO incentiva a formação de centros nacionais de informação, os quais definiram políticas e sistemas de informação característicos de cada nação. No Brasil, a criação do CNPq e do IBBD, hoje IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

<sup>4</sup> “um regime de informação é conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais de fluxos de informação, através dos quais as informações são transferidas de produtores específicos por canais determinados, com a mediação de estruturas organizacionais específicas às comunidades específicas de usuários ou consumidores”. Fromahnn (apud AUN 2003)

E é de esse construto social (Estado, indivíduo e mercado) que se constroem pontos de poder, capazes de erguer e gerar ações sociais, políticas e econômicas dentro de um determinado local, com especificações diferentes e particulares, mas que afetam as ações e os comportamentos globais.

Mas antes, é preciso entender o significado de fenômeno universal, fenômeno global e fenômeno local. Fenômeno universal significa “o que afeta o ser humano como um todo, independentemente de seu pertencimento nacional ou etnia, a uma outra rede de relações sociais”. Enquanto os fenômenos globais designam um processo e um plano de integração de atividades políticas, econômicas e sociais; independentes do controle e da soberania dos Estados Nacionais e suas agências. O entendimento de local fica mais claro na configuração da Sociedade em Rede, pois nesse sentido, na concepção de Gomez (1997), “em rede” é um movimento fluido que ora se apresenta como local, ora como global por atuar no específico da comunidade, mas tendo repercussões no universal.

O estabelecimento da Sociedade em Rede por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs) trouxe avanços consideráveis para a humanidade, gerando impactos no âmbito social.

As TICs apresentam um elevado nível de complexidade. Exigem das pessoas que as elaboram e que fazem uso competência intelectual mais especializada e dinâmica para compreender o conhecimento ali materializado, ou em muitos casos intangível. Esse conhecimento que é construído por habilidades técnicas, pelas experiências - tácito e pelo domínio científico agregam valor aos recursos oriundos das TICs. Esses recursos disponibilizados nas redes – mercado- que repassam para os consumidores com alto custo financeiro. O mercado cobra um preço elevado pela informação e pelos recursos desenvolvidos pelas TICs, e somente pelo poder econômico é possível o acesso a esse conhecimento ou produto informacional. O custo estabelecido limita grande parte da população que não pode pagar por essa informação, constituindo-se em uma massa de excluídos e com a qual as ações muitas vezes são insuficientes.

Mas o conhecimento, como bem público ou coletivo, não poderia estar fora da esfera de atuação do Estado, e sim dentro da sua agenda com ações eficientes de democratização social e econômica, em que o mercado participe. Ao mesmo tempo, se a produção do conhecimento não estiver presa à dicotomia Estado/mercado, ela pode renovar-se, multiplicando-se nos espaços além do Estado e do mercado: como ciência territorial, informal, comunitária.

A centralidade da informação nas atividades econômicas obriga os Estados a estabelecerem políticas voltadas para a construção de sociedade da informação e programas de inclusão digital. Esses programas governamentais apresentam alternativas interessantes e promissoras, como criação de telecentros e pontos de internet nas comunidades. Mas são medidas a serem analisadas e avaliadas. “(...) é impossível atingir a sociedade da informação sem políticas que coordenem a cultura informacional requerida. O grande desafio seria o da interação do tecnológico e do institucional (nação, povo, território, cultura, costumes, memórias, política, economia, etc.)” (AUN, 2003)

## **Novas formas de exclusão social**

O termo exclusão vem do latim *exclusionem* e significa o “ato de excluir (se); exceção. É o procedimento, ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções. (FERREIRA, 1999, p.857)

Segundo Grancino (2005, p.6) O termo exclusão social “tem se apresentado com significados muitos variados, conceituando diferentes situações de carência, discriminação, vulnerabilidade, dentre outros”.

O conceito de inclusão social é bastante debatido, nos diversos campos dos saberes que se apropriam do termo para caracterizar o fenômeno da exclusão. Pelo viés da ciência social aplicada (CSA), percebe-se essa ligação intrínseca entre inclusão e exclusão como fenômenos indissociáveis assim descrita por Sasaki (2002)

“Inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantenham afastadas aquelas que eram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a Sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças na diversidade humana.” (SASSAKI, 2002, p.21)

A inclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacional e subjetiva. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Sendo assim, a exclusão/inclusão social para os teóricos é compreendida como processo histórico e como um contínuo incluir/excluir num processo relacional e mutável.

Ao longo do avanço das tecnologias de informação e comunicação o distanciamento entre “pobres” e “ricos” fica cada vez mais evidenciado.

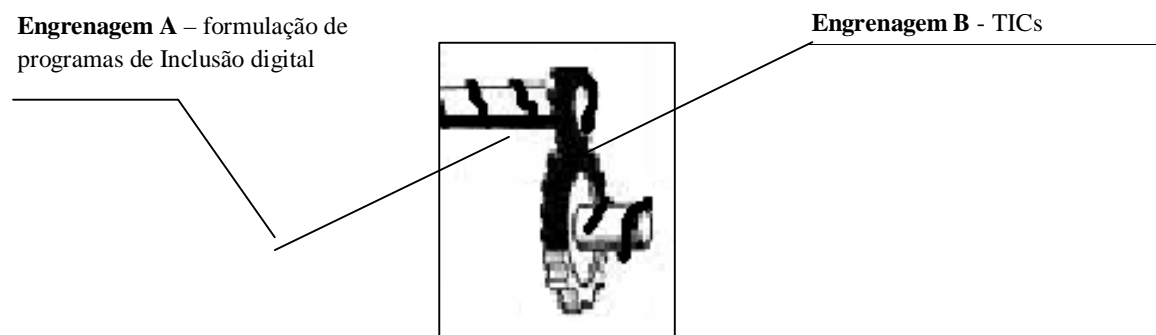
Abranches (1987) acredita que a associação comum entre pobreza e desigualdade não é totalmente vazia de sentido. O autor pontua que “(...) a própria caracterização da pobreza recorre sistematicamente à comparação entre pobres e não pobres, tanto em termos de seus rendimentos, ou de sua participação na renda nacional, quanto em termos de outros atributos e situações”. (ABRANCHES, 1987)

Essa constatação do autor é absorvida na sociedade da informação, pois a privação de recursos gera uma exclusão sócio-econômica que desencadeia a exclusão digital, ao mesmo tempo em que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica.

## ***Inclusão digital: sistema de engrenagens***

Adotamos neste estudo o entendimento de que a inclusão digital é um processo. É bem plausível delimitar esse processo através da divisão de início, meio e um contínuo movimento cíclico. Para ilustrar esse fenômeno propomos a metáfora de um sistema de engrenagens.

A primeira engrenagem (A), ao receber energia de uma fonte, desencadeia uma ação no sistema causando um movimento regular, figura 1:



**Figura 1:** Mecanismo de Engrenagens

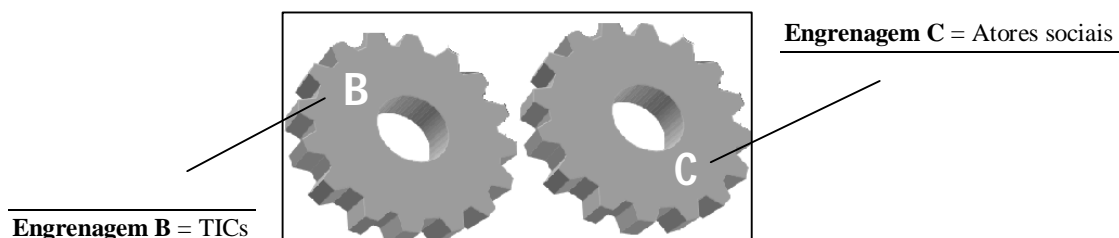
Metaforicamente, esses conjuntos de engrenagens deixam de ser físicos e mecânicos para se tornarem atores no cenário dinâmico em que estão inseridos.

Sendo assim, a engrenagem (A) pode ser compreendida como o início da inclusão digital. Nesse estágio, surgem as ações e acontece o desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, encontramos nos estudos de Aun e Moura (2007) contribuições para essa análise

“mudanças e pressões exercidas sobre os Estados com generalização de soluções voltadas para o uso de tecnologias e redes de informação e de comunicação condutoras da informação da sociedade mundial, acabam por alterar as formas dos governos de atuarem legitimamente para a sociedade. Surgem novos serviços que tem forte repercussão na vida dos cidadãos, obrigados às novas capacitações e absorções da variedade de fluxos de informação que não conhecem mais fronteiras. Todo este cenário vem refletir diretamente no processo de construção de programas municipais, estaduais e federais visando a inclusão digital.” (AUN e MOURA, 2007, p.13).



Na figura 2, a engrenagem (B) representa o recurso informacional materializado em *chips* com alto valor intelectual agregado e que, portanto, na verdade é caracterizada pela entrada massiva da tecnologia que favorece em termos de tempo e espaço a vida daqueles que podem dela desfrutar. (AUN e MOURA, p. 14, 2007). É necessário que essa engrenagem se encaixe a uma outra engrenagem (C), indivíduos excluídos que serão submetidos ao processo, como na ilustração a seguir,



**Figura 2:** Aproximação da TICs com o Social

A necessidade de aproximação das novas tecnologias da informação e da comunicação com a sociedade surgem como garantia de democratização competitiva, devido à necessidade de interação, manipulação e ação entre indivíduos geradores de conhecimento. Nesse sentido, surge o conceito de *infoinclusão*, apresentado como a capacidade de “acessar, buscar, avaliar, usar e recriar a informação com responsabilidade social apropriando-se dos processos e conteúdos disponibilizados” (AUN, 2007 p. 14).

Outros autores ressaltam que a *infoinclusão* se converte em um direito por ser um bem comum da sociedade. Benkler (2003) comenta que informação é um bem público no seu verdadeiro sentido, ou seja, um bem comum regulado por políticas públicas informacionais que garantam o acesso em que se aglutinam os atores sociais através das TICs.

Portanto, diversos programas governamentais têm a preocupação em aglutinar essas engrenagens; instrumentos tecnológicos e atores sociais. Em 2006, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict iniciou uma pesquisa de mapeamento das iniciativas e Projetos de Inclusão Digital no Brasil. Nesse primeiro momento, o intuito era mensurar o avanço da inclusão digital no país por parte de agentes públicos e privados.

Na fase I da pesquisa, foram identificadas, em cerca de três mil municípios brasileiros, 108 iniciativas no âmbito do governo federal, estadual, municipal e do terceiro setor. Foram cadastrados 16.722 proto-PIDs (potenciais pontos de inclusão digital), entidades que poderão se converter em PIDs.

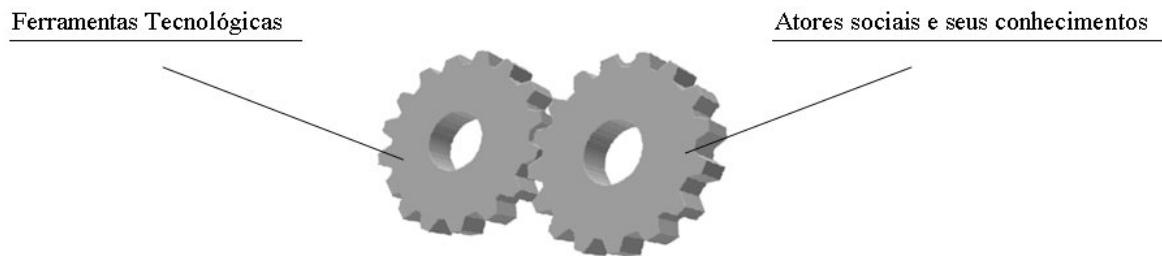
Segundo o Ibict, a definição de pontos de inclusão digital (conhecidos, também, por telecentros, salas de informática, entre outros), adotada na primeira etapa da pesquisa, consiste em: “pontos de inclusão digital (PIDs), também denominados telecentro, são locais dotados de um ou mais computadores para acesso público à Internet, ou apenas para treinamento em informática”. (Ibict, 2006)

A pesquisa realizada por esse instituto buscou levantar informações sobre a questão do acesso público à Internet no Brasil, mediante o tratamento e armazenamento em um banco de dados de iniciativas e projetos de inclusão digital.

Mas anterior a esse trabalho, Neri (2004) desenvolve um estudo intitulado Mapa da exclusão digital. O estudo contava com a parceira da Fundação Getulio Vargas. O objetivo desse estudo era de proporcionar uma perspectiva de atuação integrada com outras ações que visam combater a miséria, a desigualdade e elevar o nível social.

A visão geral do Mapa de Inclusão digital é apresentar a Inclusão Digital (ID) como um canal privilegiado para equalização de oportunidades que apresenta uma nítida desigualdade social em plena era do conhecimento, aproximando cada vez mais de ações de cidadania e da inclusão social (NERI, 2004).

Os aspectos que contribuem para a inclusão digital relacionam-se à construção do entendimento de uma unidade de prática social, apontada por Santos (2000) que é a dimensão ativa do espaço estrutural organizada da ação coletiva e individual, com o critério da identidade, da hegemonia local, visto que toda interação social é uma interação epistemológica apresentada pela troca de conhecimentos. Nessa perspectiva, acredita-se que a junção entre atores sociais e TIC será mais efetiva.



**Figura 3:** Junção de TICs com atores sociais

### **Considerações finais: encaixe e desencaixe**

Percebe-se que as políticas de inclusão social podem apresentar como resultado satisfatório um movimento de encaixe. Isso significa ampliar a concepção dos movimentos sociais e dos políticos para além de seu sentido estrutural, definidos pela possibilidade ou não do acesso, para uma perspectiva das conexões entre capital físico e o social.

A economia política com foco na informação facilita o encaixe das engrenagens – TIC e atores sociais, pois pode demonstrar os canais informacionais como instrumentos de mensuração e monitoramento das tarefas desenvolvidas pelo processo de inclusão digital. Podem-se vislumbrar como possível resultado desse encaixe as trocas informacionais e o

compartilhamento de conhecimento e experiências que levaria a uma sociedade de saberes e aprendizado.

Giddens (1991) aponta as conexões entre a modernidade e a transformação do tempo e do espaço, ressaltando que as separações entre esses dois últimos elementos não podem ser vistas como um desenvolvimento linear sem reversões. A modernidade exige dinamismo - idas e retornos e se apresentam como grande contribuição à flexibilidade.

Essa proposta flexível de encaixe das engrenagens vai ao encontro da proposta de Mosco (1998), que também chama a atenção para a classe trabalhadora que irá participar de forma atuante neste acesso. Essa classe não pode ser definida somente pela falta de acesso aos meios de informação, mas pelas suas relações de harmonia e interações sociais.

As iniciativas governamentais de inclusão social são válidas. Entretanto, notam-se muitos desencaixes, na medida em que são postas as tecnologias sem a preocupação com a continuidade, com o perfil e o foco dos usuários locais. Importando-se, apenas, com os dados estatísticos de alcance e acesso, sem aprofundar as ações qualitativas e transformadoras que constroem a sociedade. E já que uma verdadeira inclusão emergirá do processo de aprendizagem da sociedade e deve englobar, além de uma série de habilidades e conhecimentos, a noção de valores conectados às dimensões sociais e situacionais do lugar de ação.

Percebe-se que na inclusão digital seus encaixes e desencaixes tem sido alvo de discussões porque não haverá uma verdadeira inclusão enquanto não atingirmos a igualdade em todos os níveis (social, econômico, informacional) e procuremos saber o como e o porquê de os fenômenos da sociedade acontecerem construindo, assim, uma sociedade do aprendizado em que cada cidadão será, de fato, autônomo. Mas até lá o percurso é longo e distante, e a Ciência da Informação pode ser neste caminho um grande contribuinte em discussão, propostas e paradigmas.

O aparato tecnológico, estático, desencaixado dos processos empíricos e de experiência dos atores sociais não permite a mobilidade das engrenagens. Incluir digitalmente é desafiador pelos encaixes e desencaixes necessários, criados por atores e suas relações, suas práticas informacionais, os espaços e suas manifestações.

Artigo recebido em 05/01/2009 e aprovado em 30/03/2009.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Política social e combate à pobreza: teoria da prática*. In: Política social e combate à pobreza. ABRANCHES, Sérgio Henrique at al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

AKATU, Instituto. *Brasil tem 100 milhões de linhas de celulares*. Disponível em <<http://www.akatu.org.br/central/especiais/2007/1o-semester/brasil-tem-100-milhoes-de-linhas-de-celulares>>. Acesso em 20 jun. 2007

AUN, Marta Pinheiro. *Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. 2001. Tese de Doutorado em Ciências da Informação, IBICT /ECO – UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. IN: Paim, Isis (org.). *A gestão da informação e do conhecimento*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 55 – 90

\_\_\_\_\_; MOURA, Maria Aparecida. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: AUN, Marta Pinheiro (org.) *Observatório da Inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão*. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007. cap. 1 e 2.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. *As tecnologias intensivas de informação e comunicação e o reposicionamento dos atores do setor*. In: INFO 97, 1997, Cuba. Anais, Cuba: 1997.

\_\_\_\_\_. *O tempo e o espaço das ciências da informação*. Transinformação. Campinas: v. 14, n. 1, p. 17 – 24, jan/jun 2002. Disponível em: <[http://biblioteca.ricesu.com.br/art\\_link.php?art\\_cod=1849](http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=1849)>

CAMARA, Mauro Araújo. *Telecentros como instrumento de inclusão digital: perspectiva comparada em Minas Gerais*. Tese de mestrado em Ciências da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: *V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 2003. Belo Horizonte. 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 698p.

DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: *Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005 p. 11 – 28.

FATHEUER, Thomas. Introdução. In: SELAIMEN, Graciela; LIMA, Paulo Henrique (org.) *Cúpula mundial sobre a sociedade da informação: um tema de todas*. 2004

FERGUSON, Martin. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (org.) *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG 2002. p. 103 – 140.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; DUDZIAK, Elizabeth Adriana. La alfabetización informacional para la ciudadanía en América latina: el punto de vista usuario final de programas nacionales de información y /o inclusión digital. In: *World Library and Information Congress: 70Th IFLA General Conference and Council*, Buenos Aires, 2004.

GRACINDO, Regina Vinhaes; MARQUES, Sonirza Correa; PAIVA, Olgamir A. Ferreira de. *A Contradição Exclusão /Inclusão na Sociedade e na Escola*. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n.20, p.5 -25, jan./jun.2005.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. 2. ed, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991. Capítulo 1, As descontinuidades da modernidade, pág. 11-60.

GOÉS, Maria Cecília Rafael de. (2000). A natureza social do desenvolvimento do desenvolvimento psicológico social. In: Pino, Angel e GOÉS, Maria Cecília Rafael de. *Cadernos CEDES nº 24, Pensamento e linguagem: Estudos na perspectiva da psicologia soviética*, ano XXI, n. 71, julho, 2000

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

MOSCO, Vicent, *Repensando e renovando a economia política da comunicação*, Perspectivas em Ciência da Informação, vol. 3, n. 2, 1998.

NERI, M.C. *Mapa da exclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE-CPS, 2003. 143 p.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Governos Eletrônicos*. Disponível em: <<http://geocities.com/maisbrasil/goveletron.htm>>. Acesso em: 18/02/2007.

SASSAKI. *Paradigmas da Inclusão*. Revista Inclusão, out. 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática - a crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In: *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 261-279

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contra hegemônica. In: SILVEIRA, Sergio Amadeu da; CASSINO, João (org.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Corad, 2003, p. 17 - 47.

SILVA, Antonio Braz de O., PARREIRAS, Fernando S., BASTOS, Jaime S. Y., BRANDÃO, Wladimir C. Inclusão digital, política de software e outras políticas de inclusão. In: *CINFORM*, 5, 2004, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2004.